

Algumas questões para a demografia dos anos noventa

Elza Berquó*

O tecido social já bastante nortizado pela variedade de relações abriga cada vez mais novos estilos de vida. O desafio está em modelar esse complexo de relações, no tempo, sob a influência dos processos vitais.

Não é minha intenção discorrer aqui sobre questões a respeito das quais a demografia já conquistou considerável gama de conhecimentos. As implicações destes para a orientação de políticas sociais de caráter geral ou regional também já tem sido consideradas em inúmeras oportunidades, inclusive no próprio âmbito da ABEP.

Tratarei de abordar ainda que de forma muito superficial algumas questões que a meu ver, entre tantas outras, deveriam merecer nossa atenção nesta década. Uma delas se refere a considerações sobre a unidade de análise em que se apóia a demografia; outra se relaciona com encaminhamentos metodológicos de análise demográfica e, finalmente, uma terceira chama a atenção para tipos de enfoques interpretativos que começam a surgir nos estudos populacionais.

Demografia do indivíduo versus demografia das relações entre indivíduos

A análise demográfica tradicional toma o indivíduo como unidade de análise e modelos e teorias são desenvolvidas para descrever como as distribuições de características individuais são determinadas por processos vitais.

Nesta perspectiva, nascimentos, casamentos, divórcios, mortes e migrações são vistos como eventos individuais e modelos específicos permitem estimar os riscos de cada um deles, associados a diferentes grupos etários, a cada sexo, a cada grupo social, e a um conjunto mais amplo de outras características.

Não se pode perder de vista, entretanto, que todos estes eventos se passam no interior de contornos sociais definidos

* Coordenadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

por relações entre os indivíduos, configuradas estas, na maior parte das vezes como arranjos domésticos ou familiares. Todo indivíduo está, de uma maneira ou de outra, vinculado ou associado a algum tipo de relação com um número variável de pessoas, que se altera no tempo.

A dificuldade em tomar estes contornos como unidade de análise está na grande variedade de tipos ou arranjos familiares e domésticos e na complexa rede de relações entre as pessoas, dentro de um mesmo contorno e entre contornos.

Acrescente-se ainda o fato de que as relações quando são familiares parecem durar cada vez menos pelas separações ou divórcios e a maior longevidade das pessoas lhes permite vários e variados arranjos ou rearranjos ao longo da vida, fazendo crescer as redes de relações não só biológicas como as socialmente estabelecidas. Assim, o tecido social já bastante matizado pela variedade de relações, abriga cada vez mais novos estilos de vida.

O desafio está em modelar como este complexo de relações se desenvolve no tempo, sob a influência dos processos vitais.

Como bem assinala Bongaarts (1987) esta é a principal razão por que este estudo é ainda uma das partes menos desenvolvidas da demografia.

Daí porque grande parte da produção sobre a denominada "demografia da família" esteja dedicada ao estudo das distribuições dos tempos passados em cada uma das diversas etapas da vida familiar, mas onde a unidade de análise continua ainda a ser o indivíduo.

Várias tentativas no sentido de modelar este emaranhado de relações vêm sendo feitas, dentre as quais se destacam os modelos que se constituem em extensões das tábuas de vida de múltiplos decrémentos. Estes permitem uma descrição detalhada das distribuições e transições de status marital, provocadas por casamentos, divórcios e mortes de adul-

tos, bem como as determinadas por nascimentos, mortes ou saída dos filhos de casa. Trata-se assim de construir um processo interativo das relações entre os indivíduos.

Ou seja, parece ser que a demografia encontra-se bastante defasada no sentido de não dispor ainda de um arcabouço metodológico para enfrentar o rápido processo de mudança pelo qual vêm passando os arranjos de relações entre os indivíduos nas últimas décadas. Estão também, neste mesmo sentido, defasadas as ciências sociais e comportamentais que não conseguiram ainda dar conta, através de formulações teóricas mais abrangentes, dos determinantes destas transformações.

Em sociedades e épocas em que as famílias eram quase todas nucleares, os casamentos legalizados eram a forma predominante de união dos sexos, o regime matrimonial era monogâmico, as uniões só se dissolviam por morte de um dos cônjuges e os filhos só saíam de casa para se casar, um número mais reduzido de parâmetros demográficos podiam dar indicações sobre o ciclo vital da família, o que certamente não é verdade nos dias de hoje.

O metabolismo demográfico

A leitura do trabalho de Norman Ryder *Reconsideration of a Model of family Demography* (Bongaarts, 1987:189-212), ilustra bem esta defasagem. Ryder menciona que o simples fato de ter, em 1975, (Ryder, 1975) proposto uma reformulação da taxa líquida de reprodução, levou-o a ser considerado pela comunidade de demógrafos como tendo feito uma contribuição na área da demografia da família. E esta consistiu em criticar a pressuposição de que apenas a sobrevivência da mulher fosse levada em conta ao se calcular tal taxa, sem considerar que para a reprodução a mulher precisa (ou precisava, pois o bebê de proveta ainda não era uma

realidade) de um companheiro. Ele mostrou, naquele trabalho, que esta pressuposição só fazia sentido se todas as viúvas (e eu diria hoje, e todas as separadas) se recasassem imediatamente após a viuvez (ou a separação). Caso contrário, a conduta correta seria considerar também a sobrevivência dos maridos (ou da relação), pois uma mudança na mortalidade masculina (ou no índice de separações) significa uma mudança na proporção de mulheres casadas e conseqüentemente na fecundidade.

Ao se referir ainda ao seu trabalho proposto em 1975, Ryder diz que sua maior falha foi ter acompanhado a conduta convencional de focar a fecundidade feminina nos modelos de população, evitando a consideração dos casamentos, ou seja, não ter decomposto a fecundidade no produto da proporção de casados pela fecundidade marital. Uma vez que mudanças nas taxas de crescimento populacional podem causar mudanças na estrutura etária de certos grupos, dependendo do regime de estabilização ou desestabilização em que se encontrem as populações, e estes podem ser grupos de jovens casadouros, admitir, por exemplo, fecundidade específica por idade como fixa, significa assumir variações na fecundidade marital. Isto para acomodar alterações que possam ocorrer com a proporção de casados, como resultado das modificações na distribuição etária de cada um dos sexos, fruto do crescimento populacional.

Na verdade, do que Ryder se estava penitenciando era o não ter levado em conta em seu modelo, mecanismos reflexivos que têm lugar no tecido populacional, ou seja, o metabolismo demográfico. O que é, no mínimo, injusto com ele próprio, pois já em 1964, (Ryder, 1964) havia introduzido no domínio das ciências sociais a noção de metabolismo demográfico.

Por empréstimo da biologia e da fisiologia, onde metabolismo significa a soma de processos de produção (in-

mentos) e destruição (decrementos) do protoplasma (que como todos sabem é a parte essencial da célula dos organismos vivos), em demografia ele vem significar um processo de renovação ou de substituição, através de incrementos e decrementos, pelo qual uma população vai sendo modificada, ao longo do tempo em seu tamanho e estrutura.

Assim, mudanças nos níveis de fecundidade e de mortalidade afetam o crescimento populacional e portanto os tamanhos de diferentes coortes. Estas, por sua vez, podem influenciar direta ou indiretamente, no número futuro de nascimentos e óbitos afetando, portanto, o crescimento populacional.

Os índices de nupcialidade, por outro lado, afetam a taxa de crescimento populacional. Esta, por sua vez, produz mudanças no tamanho das coortes de nascimentos ao longo do tempo, as quais acabarão por afetar os índices de casamentos.

Este tipo de mecanismo reflexivo permite perceber, por exemplo, que a população brasileira experimentou na década de 70, um volume de entradas na idade de 60 anos, e saídas por morte, no período, correspondente a aproximadamente 7 milhões de eventos deste tipo para produzir um acréscimo líquido de 2,5 milhões de pessoas idosas ao início da década seguinte. Dizer apenas que na referida década a população idosa cresceu de 2,5 milhões de pessoas é deixar de perceber a dinâmica travada entre os componentes de ganhos - traduzidos pelo volume de pessoas que a cada ano foram integrando esta sub-população e sua interação com os já nela presentes - e os componentes de perdas - que se dão em tempos distintos dentro do período. Ou seja, é perder a oportunidade de medir a eficiência do processo de "turnover"

Dezenas de exemplos de situações demográficas induzidas e deduzidas por mecanismos deste tipo poderiam ser mencionadas houvesse para isso mais tempo.

Acreditamos serem extremamente oportunas análises sob esta perspectiva que busquem, na medida do possível, isolar o que é o resultado direto de movimentos e inércias demográficas, provocadas por mecanismos ou forças decorrentes da própria estrutura e volume da população, antes de adjudicar mudanças a determinantes de outras índoles.

Em síntese, creio que há um espaço necessário na demografia desta década para aprofundamento de estudos de natureza demográfica "stritu-sensu", como o do metabolismo demográfico e da demografia das relações.

A hipótese de convergência como enfoque interpretativo

Como todos sabem, os países mais desenvolvidos já estão há algum tempo, e em alguns deles há muito tempo, em regimes de fecundidade abaixo do nível de reposição. Dos 31 países assim chamados mais desenvolvidos, apenas três fogem à essa regra, União Soviética, Irlanda e Polónia, mas estão bem próximos desse nível. Ou seja, aceita-se hoje nestes contextos, a presença de uma **regularidade** que só é ameaçada frente a certas circunstâncias muito específicas, as quais uma vez superadas, os níveis retornariam aos patamares anteriores.

Na América Latina, os achados da pesquisa DHS (Demographic and Health Survey) vêm mostrar que no que tange às intenções reprodutivas, a variabilidade entre os diversos países é muito menor do que entre as taxas observadas de fecundidade. Westoff (1989) de um lado e Bongaarts (1990) de outro, decompueram a taxa de fecundidade total em fecundidade desejada e fecundidade não desejada e mostraram que as taxas de fecundidade desejada também tendem a convergir para valores entre 2 e 3 filhos. Esta regularidade torna cada vez mais difícil explicar, através de modelos multivariados, a pequena variabilidade entre as taxas. Um

achado, entretanto, fica evidente, ou seja, a educação da mulher é sempre a variável que, uma vez controlada, praticamente anula o efeito das demais.

Em face destas evidências empíricas, e na falta de enfoques teóricos mais abrangentes para dar conta destas regularidades, começa a ressurgir no horizonte explicativo hipóteses quanto à presença de processos de difusão de tipo horizontal em nossas sociedades, também chamadas de "hipóteses de convergência". A idéia de difusão parece não ser nova nas Ciências Sociais, mas a tentativa de explicar o trânsito da fecundidade de níveis elevados para patamares mais reduzidos, em tão curto espaço de tempo e sua propagação rápida por todos os estratos sociais, resulta de trabalhos recentes de Jorge Bravo, German Rodrigues, John Clevaland, entre outros.

No encontro realizado há poucos meses em Buenos Aires, pela "International Union for the Scientific Study of Population" (IUSSP), sobre a transição da fecundidade na América Latina, estas idéias foram discutidas e a polêmica permaneceu até o final do referido seminário. Ficaram as perguntas: o que é difundido? o conhecimento anticoncepcional? a motivação para reduzir a fecundidade? ou a aspiração por mudança no padrão de vida? etc, etc.

Também na área dos estudos de família, povoa hoje os meios acadêmicos a discussão a respeito da hipótese da convergência. A pergunta básica é: na medida em que as sociedades passam pelo processo de urbanização e industrialização, a família necessariamente passará pelas mesmas transformações porque passaram as sociedades hoje mais desenvolvidas?

Também aqui opiniões a favor e contra se contrapõem na literatura recente.

Constantina Safilios-Rotchild (1989) por exemplo, que tem produzido nesta direção, conclui que as transições nos sistemas familiares não são exclusivamente ligadas aos processos de urbanização e industrialização, mas são também devidos a outra ordem de fatores sócio-culturais e religiosos,

prevalentes diferencialmente em diferentes sociedades. Algumas destas transições, por outro lado, não ocorreram primeiramente no mundo ocidental industrializado, mas em alguns contextos como em tribos africanas.

No Brasil, nesta última década, poucos foram os esforços no sentido de formulações teóricas para as rápidas mudanças que vêm ocorrendo nos níveis da

fecundidade. Da mesma forma, as transformações na família também sofrem da mesma carência.

Pouco se tem ouvido ou lido, em nosso meio, a respeito de uma visão crítica sobre a "hipótese da convergência". Daí por que parecem oportunas reflexões a respeito, que esperamos ter contribuído para despertar.

Referências bibliográficas

- BONGAARTS, J. – 1987. The projection of family composition over the life course with family status life tables. In: BONGAARTS, J.; BURCH, T.K. & WACHTER, K.W. (eds.) **Family Demography: methods and their applications**. Oxford Clarendon Press, pp. 102-22.
- BONGAARTS, J. & LIGHTBOURNE, R. – 1990. **Aggregate models relating fertility preferences and fertility levels**. Paper presented of IUSSP Conference Buenos Aires, abril (mimeo).
- RYDER, N. – 1964. The cohort as a concept in the study of social change. **American Sociological Review**, New York, 6(6):8743-46, dez.
- – 1975. Reproductive Behavior and the Family Life Cycle. **The Population Debate: Dimensions and Perspectives**, United Nations, Department of Economic and social Affairs, vol. II, pp. 278-88.
- – 1987. Reconsiderations of a Model of Family Demography. In: BONGAARTS, J.; BURCH, T.K. & WACHTER, K.W. (eds.) **Family Demography: methods and their applications**. Oxford Clarendon Press, pp. 189-212.
- SAFILIOS-ROTCCHILD, C. – 1989. **Theoretical Aspects of the Family Systems of the less and more industrialized countries: are all family systems converging?** Paper presented of IUSSP General Conference, New Delhi (mimeo).
- WESTOFF, C. & MORENO, L. – 1989. **Reproductive Intentions and Fertility in Latin America**. Paper presented of IUSSP Conference Buenos Aires, abril (mimeo).

RESUMO – Algumas questões para a demografia dos anos noventa. Ainda que de forma muito superficial, trata-se de abordar algumas questões demográficas que devem estar presentes na virada do século.

- 1) *Unidade de análise*: discorre-se sobre a inviabilidade de se continuar usando o indivíduo como unidade de análise para descrever processos vitais e a dificuldade de se tomar as relações entre indivíduos para descrever tais processos.
- 2) *Metabolismo demográfico*: incrementos e decrementos, pelo qual uma população vai sendo modificada. A necessidade de se isolar o que é resultado direto de movimentos e inércias demográficas (movimentos recursivos de variáveis demográficas) de determinantes de outra natureza.
- 3) *Enfoques interpretativos que começam a surgir*: alguns estudos sobre fecundidade e família apontam para a hipótese de convergência nos comportamentos demográficos. No Brasil estas questões são ainda incipientes, ou seja, existem poucos esforços no sentido de formulações teóricas que expliquem as rápidas mudanças que vem ocorrendo na fecundidade e na estrutura e composição familiar.

ABSTRACT – Some questions for the demography of the nineties. *Even if very superficially, this paper approaches some demographic questions which should be present at the turn of the Century.*

1) *Unity of analysis: the unfeasibility of continuing to use the individual as a unit of analysis to describe vital processes and the difficulty of taking the relations between individuals to describe such processes, is discussed.*

2) *Demographic metabolism: increments and decrements, through which a population is modified. The need to isolate that which is a direct result of demographic movements and inertia (recursive movements of demographic variables) from determinants of other nature.*

3) *Interpretative views that begin to appear: some studies about fertility and family point to the hypothesis of convergency in demographic behaviour. These questions are still incipient in Brazil, that is, there are few efforts in the direction of theoretical formulations which would explain the rapid changes that are occurring in fertility and in the family structure and composition.*

Recebido para aprovação em 05/04/91.

Aprovado para publicação em 06/12/91.